

O urbano-constelação, uma agenda de pesquisa descrita a partir de movimentos e conflitos na RMBH (1990-2015).

Rita Velloso
NPGAU- Escola de Arquitetura UFMG
Grupo Cosmópolis

A harmonia social só seria possível quando fosse garantido a todos o útil e o agradável.

Charles Fourier, Des modifications à introduire dans l'architecture des villes.

Aqui tudo ainda é construção e já é ruína.

Caetano Veloso

O sujeito não é um entorno.

Paolo Virno, Gramática da multidão.

No trabalho coletivo de elaboração do macrozoneamento para a Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), realizado entre 2013-2014, demos início a uma reflexão sobre o que chamamos *institucionalidade instituinte*, referindo-se aos processos participativos em que os grupos de moradores construíram uma esfera de produção de conhecimento acerca dos territórios e de prospecção de problemas e questões urbanas em conjunto com a equipe de técnicos. Ressaltava-se, ali, na questão da institucionalidade uma dimensão que a situa para além do aparato de governo, uma vez que se trata de compreender como grupos sociais se expressam no território em termos de suas reivindicações e formas de lutas afetas à política urbana.

Quando se diz *instituinte* o foco está em compreender de que modo os habitantes estão articulados coletivamente para além das instituições do Estado que atuam em sua região, atravessando a institucionalidade vigente nos instrumentos e processos administrativos para, além desta, alcançar ganhos em sua agenda de enfrentamento de desigualdades, ou mesmo transformar contextos sócio-espaciais. Trata-se de processos inerentes à vida política da sociedade que dão conta das articulações autônomas de grupos em busca de estabelecer formas de participação política, bem como consolidar sua representação nas esferas de tomada de decisão.

A pergunta pelas condições de possibilidade dessa institucionalidade que se institui a partir da contestação, reivindicação e organização de setores da população urbana é a motivação do programa de pesquisa que apresento neste texto, com o objetivo de discutir a construção da hipótese e mostrar os passos da argumentação atual, na medida em que esta é uma investigação em curso pelo menos até 2022, quando será possível apresentar a íntegra de seu desenvolvimento e resultados.

De um ponto de vista teórico, trato aqui das formas que toma a institucionalidade quando considerada em sua natureza expandida: a reivindicação, o conflito, as lutas. Isso implica reconhecê-la como espaço de politização, especialmente no que tange à participação social quando desempenhada no urbano contemporâneo. Para tal expansão do conceito, deve-se fazer uma exploração em torno da ideia de política exercida como institucionalidade/poder e como reivindicação/movimento. Em outras palavras, reconhecer que há uma institucionalidade que é colocada em ação pela sociedade é reconhecer os movimentos da sociedade urbana configurados em práticas e expressão reivindicatórias que se desempenham sobre o território multiescalar, e que se valem – na experiência feita pelo coletivo dos habitantes em contraposição aos aparatos do Estado – da contingência e do imprevisto, “entregue à exterioridade, ao rumo ‘dos muitos’, à exposição antes os olhos dos demais” (Virno, 2013).

No que diz respeito aos movimentos reivindicatórios urbanos desenrolados recentemente em nosso país, é possível reunir elementos para considerar a repercussão espacial da atuação dos sujeitos coletivos em suas formas de articulação e arenas públicas de debate. Para tal, faz-se necessário alcançar um aprofundamento conceitual e prático sobre o problema, no Brasil, da construção social da escala em suas articulações variadas (diferentes níveis de especialização funcional, diferentes formas de reunião social); deve-se assumir, por princípio, que se faz a cada vez mais necessário detectar nos territórios emergências e visibilidades novas (ou invisibilidades) sempre de modo a pensar as redes de troca de conhecimento e saberes vigentes no urbano contemporâneo como ferramentas potentes, seja de investigação ou proposição. Em outras palavras, é preciso realizar uma crítica imanente aos modos de participação popular, em suas vertentes conceitual e material, para discutir de que maneira participar se articula a reivindicar, por meio da configuração de luta, em contestações que se dão na experiência espacial urbana.

De um ponto de vista empírico, este texto se vale das observações e do contato com setores da população residente em diversos municípios da RMBH durante a realização das oficinas participativas que subsidiaram a elaboração do macrozoneamento metropolitano no período de 2013-2014. Nessas ocasiões de feitura do projeto para a RMBH, em que se dialogava com grupos de habitantes de diferentes cidades integrantes da região, evidenciou-se o aprofundamento e o amadurecimento das populações em termos de conhecimento dos fluxos e circuitos de tomada de decisão no interior da máquina estatal relativos ao planejamento metropolitano.

Por um lado, era certo que isso se deveu ao intenso debate sobre a questão metropolitana instalado na RMBH, desde quando fazíamos o PDDI - Plano Metropolitano, entre 2009-2011, e mesmo que esse engajamento dos moradores não redundasse em participação *efetiva*, era inegável o ganho na cultura política. Do ponto de vista do trabalho no planejamento urbano, foi a partir desse *saber aumentado* que começamos a refletir sobre esse outro lado da institucionalidade: não a que está formalizada nos aparatos de governo, mas a que instala espaços de diálogo da sociedade com seus governos.

Por outro lado, os anos de 2013-2014 demarcavam um período de intensa movimentação política no Brasil, exatamente no que dizia respeito às reivindicações e protestos de diferentes estratos das populações urbanas por serviços coletivos (condições de oferta transporte público) ou em oposição à realização de dois megaeventos esportivos (copa das confederações 2013, copa fifa de futebol, 2014; olimpíadas, 2016), questionando, em especial, aquilo que demandavam em termos de recursos públicos para os investimentos urbanos com implicações socialmente injustas (remoções, desabrigo, autoritarismo).

A rigor, esse período de agitação política culminaria numa série de desdobramentos; uma disputa eleitoral agressiva durante o ano de 2014, que foi vencida pela candidata do partido dos trabalhadores, Dilma Rousseff, mas que, simultaneamente, dava início a um tempo de agudo acirramento dos posicionamentos políticos, que levou em 2016, por meio de um golpe parlamentar, ao processo de impedimento da presidenta eleita, e dois anos mais tarde, em 2018, à eleição do candidato da extrema direita Jair Bolsonaro.

Contudo, quando junho de 2013 começou, havia ao nosso redor um tensionamento que suscitava um percurso exploratório de pesquisa: uma interrogação ao mesmo tempo teórica e empírica, que pudesse prospectar realidades em mutação. A princípio, se dizia sobre as manifestações que não tinham foco, que eram difusas, ou que as pessoas nas ruas não sabiam o que queriam... ou, o contrário, quando a polícia e os governos se perguntavam – faces atônitas em telas televisivas - onde estavam os líderes daquela movimentação toda e, afinal, por que esses mesmos líderes não conseguiam ser alcançados pelos canais de comunicação tradicionais. Se não havia um sujeito político nítido daquela ação, um tipo de ator social reconhecível que reivindicasse o comando da passeata; ou, se não havia carros de som, ou o comício de um partido político, aquilo rapidamente se esvaía - não conseguia ser capturado nas teias da interpretação usual.

Surgia o que era quase um apelo por categorias estabelecidas pelas ondas de revoltas em décadas anteriores, predominantemente desempenhadas por movimentos organizados (centrais sindicais, partidos políticos, movimento dos sem terra); enfim, por algo que permitisse em alguma medida o reconhecimento dos protestos de então, uma vez que – sentia-se, via-se-havia algo de muito diverso nas manifestações. O que se passava nos dias de junho era espesso, quase impossível de enxergar, mas inegavelmente inscrito numa realidade que não podia mais ser discutida nos termos consagrados das análises sociológicas, ou quiçá dos estudos urbanos. No fim do ano de 2013 olhamos para trás e ainda não podíamos saber exatamente o que acontecera. Em meio à opacidade que não reduzia sua enorme validade, bem pelo contrário; o que conseguimos sobre os dias de junho foi formular hipóteses, e nesse contexto (perceptivo, linguístico e histórico) se inscreveu o início de minha pesquisa sobre os conflitos na Região Metropolitana de Belo Horizonte. Uma formulação que começou a se fazer para entender a constituição dos atuais movimentos populares de contestação e reivindicações em Belo Horizonte estabelecendo um recorte temporal (1990-2015) que me permitisse explicar desdobramentos espaciais do que venho chamando, a princípio, *arquitecturas da insurreição*.

No desenvolvimento da investigação ficou claro que seu escopo precisava ser ampliado de modo a entender que papel os conflitos desempenham na totalidade da sociedade urbana brasileira, pois assim me permitiria analisar em profundidade as repercussões espaciais de tais acontecimentos, neles mesmos um conjunto de eventos de duração e alcance diversos (greves, manifestações efêmeras, ocupações urbanas e no campo, marchas, acampamentos de protesto). Assim, denominei *urbano-constelação* ao arranjo teórico que me permitiu exercitar determinados conceitos para o caso brasileiro; este texto descreve esse percurso de pesquisa nos termos das perguntas que a própria investigação formula.

Na primeira seção do texto delimito conceitualmente o que denomino urbano-constelação. Na segunda seção discuto alguns elementos da correlação existente entre o urbano multiescalar da atualidade brasileira, os limites da ação política dos habitantes das cidades e o lastro espacial dessa mesma ação. Na terceira seção apresento determinados momentos históricos que me permitem evidenciar a constituição dos processos de lutas urbanas na RMBH. Na quarta parte demonstro que as lutas se transformam por que se transformam as subjetividades,

e na seção final, para concluir, aponto que as lutas urbanas recentes são processos dentro de uma institucionalidade instituinte.

I. o urbano que é uma constelação

O *urbano*, que segundo a formulação Henri Lefebvre é um substantivo, contém em sua conceituação uma experiência política dos habitantes que é enunciada no plural. Tal enunciação, para o filósofo francês, decorre da politização por que passa o próprio espaço social desde 1968, quando é totalmente penetrado por uma práxis coletiva então confrontada com a implosão/explosão de referências e configurações tradicionais da cidade.

O urbano é uma categoria teórica que expõe uma prática social em movimento, categoria essa que permite superar a consideração da cidade como objeto, tal como o funcionalismo o fizera desde, pelo menos, meados do século XIX. Ao contrário, é um conceito que dá conta dos processos abstratos e concretos que marcam a vida urbana: nesses, há diversas lógicas, há desigualdades e diferenciações sócio-espaciais, há contradições expressas.

Nesse sentido, a urbanização não pode ser entendida apenas como conformação física de um território; antes, ela é produto da destruição criativa do espaço político-econômico. Por um lado, num regime capitalista (mercantilização, circulação de capital, acumulação, fluxo de capitais, formas de regulação política associadas ao capital) as relações sócio-espaciais contraditórias são territorializadas (definidas dentro de contextos concretos e depois fragmentadas) e depois generalizada (estendidas pelo lugar, território, escalas e então universalizadas). Por outro lado, os processos de reterritorialização das escalas, expressos em novos tecidos urbanos estendidos, tensionam os modos de mobilização do espaço pelo Estado, cuja ação foi historicamente demarcada por uma forma atemporal e estática de organização territorial. Operando para pensar o urbano em termos de troca e valor, mobilizando o espaço como força produtiva, o Estado moderno transformou, regulou e produziu o espaço urbano, empregando suas estratégias e instituições para manter a coesão social e impor uma diferenciação espacial.

Tomando a metrópole contemporânea brasileira como problema, temos que também em nosso urbano contemporâneo, esse *modus operandi* do Estado encontrou novos modos de oposição e resistência que revelam ser *processos multiescalares*, uma vez que disputas pelo espaço social, contestações, reivindicações, dentre outras formas da práxis política, evidenciam-se em todas as escalas geográficas, dos nano territórios às macrometrópoles; muitas vezes, simultaneamente em mais de uma delas.

A configuração de forças que atuam sobre um arranjo urbano é aqui apresentada na figura da constelação. A esse urbano profundamente transformado em sua concretude, bem como à literatura que corresponde ao esforço de refleti-lo e analisá-lo, denomino *urbano-constelação*. Essa expressão é tributária da reflexão filosófica de Walter Benjamin sobre as cidades européias, elaborada entre as décadas de 1920-1940.

O termo *constelação* emerge numa acepção epistemológico-crítica na filosofia de Walter Benjamin (1892-1940), e ocupa um lugar importante em sua obra, seja na primeira fase de seus escritos, com o texto “questões introdutórias de crítica do conhecimento, que abre a *Origem do Drama Trágico Alemão* (1925)- sua tese de livre docência -, seja nos textos finais, as notas para o *Passagen-Werk* (1927-1940), e as *Teses sobre o conceito de História* (1940).

Por *constelação* Benjamin designava a relação entre os componentes (as estrelas) de um conjunto (as linhas imaginárias que desenham um agrupamento constelar), relação essa que se define não apenas pela proximidade entre as estrelas, mas também pela possibilidade de significado que o conjunto adquire - o sentido que lhe pode ser atribuído.

A constelação é uma imagem na qual cada estrela, um singular, marca um extremo de linha que a liga a outra estrela, outro extremo singular. Nesse traçado de linhas imaginárias, não há um centro – com o que, no centro da constelação sempre está o vazio. Esta imagem-configuração benjaminiana é bastante profícua quando se trata de imaginar um caminho ou a construção mesma do pensamento (o que faz Benjamin no seu prólogo ao *Drama Trágico* é apresentar um programa para a própria escrita).

Neste trabalho me interessa refletir, a partir de Walter Benjamin e de Henri Lefebvre, sobre um objeto específico – um conjunto de acontecimentos na história das cidades a que denomino *lutas urbanas pelo direito à cidade*, acontecimentos esses que compõem o que se pode chamar *a constelação do urbano* a partir das filosofias benjaminiana e lefebvriana.

Quando se trata de escrever sobre a espessura histórica de uma cidade, ou de uma proposição urbanística, a constelação é uma *estratégia de pensamento* de grande valia: permite pensar por extremos, desde os fragmentos, enfrentando a descontinuidade, ou o vazio, como algo incontornável no esforço do conceito. Trata-se de pensar uma escrita urbana por meio da narrativa *a contrapelo* de sua história, isto é, a *narrativa das lutas urbanas* segundo a constelação que as configura, quais sejam, num extremo a sua espacialidade (seus territórios e escalas), e, no outro extremo, os sujeitos que se empenham em lutar (sua linguagem, sua práxis comunicativa, sua organização em coletividades).

Algumas perguntas se colocam para essa compreensão do urbano configurado numa constelação. Em princípio, trata-se de tentar responder em que medida a apropriação de territórios urbanos é capaz de provocar a mobilização e a organização de grupos sociais em movimentos de luta urbana. Em seguida, é necessário saber quais são as dimensões de inovação, singularidade e continuidade dessas mobilizações com relação a substratos de ação social herdados e agendas precedentes.

Quem são os atores nesses movimentos, o que são seus agenciamentos, qual a sua composição social, seus códigos de coesão, suas dinâmicas, retóricas, micro e macro-estratégias e performances? De que meios, tecnologias e linguagens eles vêm se servindo?

Que vontades e projetos de cidade nelas se constituem e como suas agendas se articulam a políticas espaciais (regionais, fundiárias, ambientais, urbanas, imobiliárias), públicas, populares, empresariais, híbridas?

Ainda, um urbano-constelação exige compreender, no campo da justiça espacial, quais são as conquistas institucionais e culturais de um movimento social urbano, do ponto de vista da regulação urbana, assim como seus limites e reflexos ante o poder público e suas alianças e conflitos com o setor privado.

II. inflexão

A trajetória atual de reivindicações e lutas urbanas na Região Metropolitana de Belo Horizonte exemplifica bem, para além daquela agenda dos movimentos sociais clássicos, às novas pautas e ações que configuram uma nova *'arquitetura de insurreições'* presente nas metrópoles

brasileiras.

Numa investigação que se dirija a experiências e imaginários insurgentes em sua concretude sócio- espacial e correlações políticas, a RMBH pode ser enfocada enquanto território que abriga processos de transformação das cidades resultantes de reivindicações e lutas coletivas, tanto por meio de dinâmicas participativas institucionalizadas como de conflitos e dissensos.

A principal estratégia da pesquisa tem sido a de investigar formas de ação e engajamento dos atores urbanos, a partir de diálogos acerca de cidadania, identidade, políticas públicas, política urbana, planejamento e gestão urbana, tendo como horizonte a ampliação da capacidade de ação política e reivindicatória desses sujeitos políticos urbanos.

Uma análise de contestações, conflitos e contradições na RMBH deve dar conta dos modos de enfrentamento, por parte dos atores, cujas ações pode ser mais ou menos permeáveis; mas, antes, deve-se mostrar a própria feitura do mapeamento das coalizões políticas, explicitar os interesses, contestações ou contradições mais evidentes tanto dentro da própria coalizão, quanto a partir de fatores gerados externamente, como uma disputa política ou a falta de apoio governamental por parte do Estado. Num outra frente de investigação, deve-se observar o papel desempenhado pela mídia enquanto um ator formador de opinião crucial, tanto para legitimar quanto para invisibilizar os possíveis conflitos, contestações e contradições existentes, oriundos principalmente de movimentos sociais, atores e agentes com pautas e demandas contrárias à coalizão pró-crescimento. Uma agenda de pesquisa focada nas lutas urbanas não se completa antes analisar se determinada coalizão de poder foi exitosa em promover outros rumos e definição das políticas públicas e produção do espaço ou território da metrópole, desempenhando papel de destaque na agenda urbana local .

No momento atual da investigação de nosso grupo já se pode mostrar indícios, para a RMBH, de mudanças em diversos processos recentes (1990-2015) de produção do espaço urbano, em especial quanto a: a) iniciativas de participação na esfera institucional, b) reivindicações, lutas insurrecionais, levantes urbanos, ; c) organização social em movimentos, formas de cooperação, práticas de solidariedade; novas configurações do ativismo; d) mobilizações que dão conta da produção de sentido de vida coletiva em diversas escalas na região metropolitana; e) formas diversas de protestos e lutas como estratégia de reversão de processos de segregação sócio-espacial; f) novas coalizões de poder em termos de novas alianças para governança urbana e gestão democrática; j) lutas simbólicas envolvidas nos processos de produção cultural da paisagem e de seus elementos materiais.

Uma vez que o que está em questão são movimentos urbanos em suas singularidades e transformações capilares, a investigação tem exigido que se vá adiante numa direção adicional, proporcionando que, por meio da análise da literatura produzida no Brasil e/ou por pesquisadores (brasileiros e internacionais) cujo objeto principal de estudo seja o Brasil, se consiga entender de que modo a reflexão sobre as transformações espaciais no período (1990-2015) vem se dando nos campos de história e teoria urbana.

Assim, o urbano-constelação que refere-se à reflexão sobre as condições sociais e históricas de produção do espaço e lutas e conflitos na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), no intervalo compreendido entre 1990-2015 está ancorado na hipótese de que a simples importação dos modelos de pensamento e práticas urbanísticos concebidos nos países ditos centrais não é mais cabível à reflexão e solução de nossas questões urbanas. Busca-se aqui, compreender como incorporamo-nos criticamente ao debate internacional, qual nossa contribuição específica no debate internacional, qual a repercussão dessas transformações

nos trabalhos de planejamento, gestão e projeto urbano em nosso país, que debates estabelecemos no nosso país com a sociedade (esferas institucionais de participação popular, movimentos sociais, fóruns populares) e com nossos pares (professores, setores técnicos de planejamento, esferas políticas e de governo, debates públicos via imprensa especializada ou não).

Na recente literatura produzida sobre a história e a teoria urbana ao redor do mundo desde a segunda metade do século XX, a década de 1990 representa um período decisivo, a que se pode denominar o tempo do neoliberalismo urbano. Daquele momento em diante, a ênfase dos estudos urbanos esteve colocada sobre os processos de globalização e seus efeitos sobre o território tanto em termos políticos e econômicos, como em termos das relações recíprocas de interdependência entre países, blocos de países, regiões, áreas metropolitanas e cidades. O neoliberalismo é um arranjo sistemático que, como acentuam Pierre Dardot e Christian Laval, transforma profundamente o capitalismo por que faz o mesmo, a um só tempo, com as sociedades. Quando considerado em relação à questão urbana, mais especificamente em relação à produção do espaço, o dispositivo neoliberal realiza tendências desigualitárias e desequilíbrios especulativos - impacta na relação entre nossas interações sociais (sua natureza) e os espaços em que essas interações são constituídas. 1989 marcaria, no contexto mundial, o tempo dos governos neoconservadores e tantas experiências de uma centro-esquerda desidratada, de governos progressistas reféns do neoliberalismo econômico e social. Desde o início dos anos 1980 estava em curso no ocidente uma política conservadora identificada como neoliberal. Os governos de Ronald Reagan, nos Estados Unidos, e Margareth Thatcher, na Inglaterra, marcam a ruptura com os princípios da democracia social e do estado de bem estar social, implementando políticas para fazer os lucros crescerem e o crescimento econômico acelerar. Desmonta-se a política de demanda que sustentava o pleno emprego e o crescimento, e a derrubada da inflação torna-se objetivo e alvo principal. O consenso de Washington, estabelecido na comunidade financeira internacional como conjunto de recomendações que todos os países deveriam seguir para conseguir empréstimos e auxílios. Havia dez recomendações, dentre elas: a disciplina orçamentária e fiscal, liberalização comercial, supressão de barreiras alfandegárias e fixação de taxas de câmbio competitivas, abertura à movimentação de capital estrangeiro, desregulamentação e criação de mercados concorrenciais, proteção de direitos de propriedade, especialmente os dos oligopólios internacionais. Neoliberal é um conjunto de discursos e práticas, dispositivos de poder que modificam as regras do funcionamento econômico e alteram as relações sociais de modo a impor esses objetivos. Suas formas políticas alteram radicalmente o modo do exercício de poder governamental, colocando-o sob uma nova racionalidade política social, uma nova lógica normativa. Designo aqui, por neoliberalismo e sua extensão à produção do espaço urbano, Pierre Dardot e Christian Laval (DARDOT; LAVAL, 2016), dando sempre relevo à compreensão política do neoliberalismo, isto é, um sistema pós-democrático, sua natureza de projeto social e político que representa e promove desde os anos 1930. Mas, segundo Rizek (2020), é ainda necessário que se pense a questão da modulação dos diversos tipos de neoliberalismo (dentre os quais, o neoliberalismo urbano) no arranjo local. Para o Brasil, no contexto da redemocratização do país e da elaboração da Constituição Federal de 1988, a década de 1990 estabelece o início de um período de intensiva transformação do território (em suas diferentes escalas - nacional, estadual, metropolitana, local e micro-local): a princípio, temos os efeitos do Plano Real na estabilização dos processos econômicos e sua repercussão nas políticas públicas voltadas à produção do espaço; no contexto do aprendizado da redemocratização, vivemos de modo definitivo, a partir de 2003, nos governos federais do partido dos trabalhadores a efetivação de políticas sociais de redistribuição de renda em alguma medida responsáveis por transformações espaciais em todas as regiões brasileiras.

Me ocupo aqui em apresentar uma agenda de pesquisa que pensa esse urbano transformado, o que, para nós no Brasil, corresponde a um tempo de experiências em torno de, por um lado, um aprofundamento e qualificação da democracia participativa; mas, por outro, uma encruzilhada que decorre dessa 'arquitetura da participação'. Não há dúvidas sobre os avanços na criação de novas institucionalidades - representação, representatividade nos espaços participativos, gestão comunitária, governabilidade. Mas também não restam quaisquer dúvidas sobre as contradições e os impasses a que nos levaram o fato de que o direito a participar, elevado a princípio constitucional, tenha transformado experiências participativas em modos de gestão nas várias esferas de governo. Se constituímos uma esfera pública de fortalecimento da sociedade, se sujeitos coletivos puderam se constituir, o campo político democrático e popular no Brasil foi obrigado a confrontar seus limites, sobretudo na efetivação da política urbana, que precisava, ao fim e ao cabo, era equacionar a redistribuição da riqueza, oferecendo, à totalidade dos habitantes brasileiros, saneamento, abrigo, liberdade para ir e vir nas cidades.

De muitos modos, os termos atuais da questão urbana exigem que se compreenda a circulação de idéias que perpassa a relação Europa-Brasil, e tem nos parecido que são os seguintes os elementos a considerar: 1) o aprofundamento de um quadro de referência conceitual, que busque analisar novas *tendências do pensamento* sobre a cidade brasileira no período 1990-2015; 2) a discussão por meio da literatura produzida no período 1990-2015, de que modo a explosão das *megacidades* no Brasil, reposiciona abordagens sobre a consequente desigualdade no acesso à riqueza produzida; o esgotamento da utopia de uma sociedade urbana fundada num ideal de progresso e apropriação social da tecnologia para gerar qualidade de vida; alternativas futuras de vida em comum em centros urbanizados cada vez mais agigantados; 3) a análise de teorias urbanas recentes em face do contexto brasileiro, considerando a impossibilidade de reprodução (ou simples importação) de *modelos urbanísticos* universais para nosso país; 4) o debate sobre a possibilidade de abordagens locais das novas tendências contemporâneas para entender o contexto da metrópole brasileira no capitalismo pós-industrial.

Pode-se refletir sobre a produção do espaço brasileiro no quadro de transformação do urbano a partir dessa experiência na RMBH, pois a mesma põe o problema de se raciocinar a partir da transescalaridade, ou, em outras palavras, da modulação que vai do caso ao contexto local, do local à dimensão internacional, e da dimensão internacional à esfera conceitual, histórica e transversal do neoliberalismo (Rizek, 2020). As cidades brasileiras são, a cada vez mais, configurações resultantes de processos simultâneos e interdependentes de territorialização que denotam a estruturação urbana resultante do neoliberalismo. Para se ter uma ilustração disso, pense-se na amplitude dos deslocamentos causados pelo trabalho, ou no uso dos espaços públicos coletivos, em que a segregação é a regra. São cidades resultantes de uma urbanização extensiva, já que se configuram policêntricas, com seus centros tradicional e historicamente consolidados somados às novas *centralidades periféricas*, produzidas de modos não mais estáticos nas periferias metropolitanas, cujos modos de vida e táticas cotidianas são profundamente diversificados.

Talvez o caso brasileiro aponte um desafio metodológico em face da necessidade de compreender a hibridização da *escala fluxo/hierarquia* quando se atua desde o planejamento urbano. A considerar tal variável, o planejamento não poderá evitar pesquisar variáveis bem singulares, resultantes dos processos espaciais aqui constituídos, para se debruçar sobre o processo político de constituição da escala, inscrito tanto no cotidiano quanto nas macroestruturas sociais, e precisará desenvolver ferramentas conceituais adequadas à abordagem desse problema. A ideia da *modulação* a que me referi acima, diz respeito a ver,

por exemplo, as diferenças entre um neoliberalismo social-ecológico - como na França - e o autoritarismo vigente no Brasil atual. Trata-se de pautar tanto a construção mundializada do neoliberalismo, isto é, um macroprocesso que atravessa situações diversas obtendo resultados modulados em acordo com especificidades e singularidades locais.

As extensas cidades no Brasil obrigam à compreensão de interseções e interações em que as escalas se dão no território, de seus centros até as franjas urbanas e conurbações. Numa região metropolitana brasileira, governante, planejador e habitante não se livram de mobilizar cotidianamente, cada um a seu modo, um raciocínio espacial que vai do intra urbano (da aglomeração consolidada a partir de um ou vários centros) à rede urbana e de volta à microescala cotidiana de um território metropolitano.

Não podem, os moradores urbanos, esquivar-se ao exercício de, simultânea e fragmentariamente, experimentar situações num bairro, periferia ou centro de sua cidade e tomar consciência dos relativos posicionamentos desta quanto a outros núcleos urbanos integrantes de uma região ou aglomeração metropolitana. Quando nos dias atuais se deixa ver, para além dos padrões cristalizados da urbanização brasileira e das formas de organização territorial do Estado, uma espécie de *nova urbanidade* nas regiões metropolitanas, em que os ambientes urbanos expõem suas redes de encontros e cooperações –aleatórios e/ou planejados, e, por conseguinte, as tensões dessas novas articulações sociais- , a pergunta que está colocada é em que condições o planejamento urbano – operando a partir do Estado – ainda poderá ser levado a cabo.

III. histórias

Belo Horizonte é uma cidade concebida para ser utilitária, um resultado do ideário da cidade oitocentista, nascida para ser triunfalmente moderna e que decaiu, por um lado, em função do dispositivo ideológico que fundou seu desenho; por outro, por ser ela mesma uma hipótese urbanística exaurida - em função do esgotamento de um processo cultural tão corrente no Brasil, o da *transferência de modelos*¹. Belo Horizonte desenvolveu-se num desenho e em medidas que eram, juntos, um dispositivo da modernização urbana mais apurada - o haussmanianismo. A antiguidade em Belo Horizonte, a devemos a Eugene Haussmann, mentor do estudante Aarão Reis na Politécnica francesa. Fruto de um desenho que desde o princípio se contrapunha às insurgências, mas apenas por emulação à Paris haussmaniana pois, a rigor, Belo Horizonte nasceu para afastar o conflito ignorando-o, não para incluí-lo em seu cálculo e lidar com ele. A cidade passaria a limpo a história de Ouro Preto para que o país republicano pudesse demonstrar a hipótese do Estado como estrutura espacial, traduzindo em geometria seus ideais de ordem e de funcionamento.

A questão matriz da configuração urbana de uma cidade-capital era a de que seus espaços deveriam servir de modelo a uma determinada experiência estética aliada a uma expectativa de conhecimento racional e cosmopolitismo. O ideário da cidade-capital concebia um modelo de espaço urbano que deveria tanto permitir a transferência de categorias de pensamento,

¹ Para o emprego desse conceito me valho aqui do trabalho da professora Heliana Angotti Salgueiro, que organizou em Belo Horizonte, em abril de 1996, a Jornada Internacional de História Urbana, sobre “Belo Horizonte, o nascimento de uma capital” e, posteriormente em 2001, o livro “Cidades Capitais do Século XIX. Racionalidade, Cosmopolitismo e Transferência de Modelos”, reunindo, além da autora, textos dos pesquisadores Bernard Lepetit, Antoine Picon, Donatella Calabi e Ulpiano Bezerra de Menezes, que prefaciou a obra. (SALGUEIRO, 2001)

quanto se prestar às transposições para contextos os mais diversos, para estruturas temporais e condições de possibilidade historicamente variáveis, exatamente em contraposição à apropriação que se dá no simbólico das práticas cotidianas do que é local e singular. Em Belo Horizonte a comissão construtora aplicou o modelo de modo literal, quase esquemático: traçou-se uma área de limites bem definidos sobre a qual a função governamental exerceu autoridade jurídica, eclesiástica, eleitoral e à avenida que circunscrevia suas terras denominou-se Contorno.

A despeito de permanecer inequivocamente ligada ao Estado e à sua racionalidade, o desenho da cidade, modernizante, jamais foi concluído. Capital de uma região muito estratificada, Belo Horizonte sofreu desde a sua implantação a crise do café, a depressão econômica, e somente um terço das obras foi concluído. No início de sua história conviveu com canteiros de obras esvaziados, grandes projetos abandonados nas fundações, um baixo índice populacional, sem dinâmica de produção e de trabalho, sem suporte financeiro, comercial e técnico. Viveu suas ruínas, quando ainda eram construções².

Sabemos o quanto é necessário às estruturas de poder conceber e produzir um determinado modo de espaço para atingir a concretude da vida cotidiana. O estabelecimento do Estado implica em uma prática de controle do território que nas sociedades urbanas realiza-se, por excelência, na regulamentação do uso da terra, na compartimentação dos terrenos, no parcelamento das propriedades e na circunscrição dos modos de vida das populações ao lugar da cidade em que vivem. Ora, novamente aqui Belo Horizonte se prestou a laboratório: estabeleceu e fixou seus habitantes em acordo a seu estrato social, sem sequer cogitar fundir os diferentes. Zoneamento e setorização aqui foram levados a sério – operam desde sempre para os interesses da burocracia e da burguesia. Ser cidade-mercadoria nunca foi incômodo, e os discursos oficiais escondem seu pressuposto segregacionista sob o argumento em prol de um sempre vislumbrado protagonismo nacional, a miragem da Metrópole Internacionalizada do Estado de Minas.

Conflitos, aqui!? Ora, somos uma cidade de funcionários, ou de famílias oriundas do interior que aqui dão continuidade a seus modos de vida tão tradicionais... reivindicações de operários, demandas de bairros proletários? Definitivamente, isso não existe em Minas. Não aqui, na cidade-capital vivendo sob o peso das alegorias de liberdade e república.

Pólo organizador do espaço econômico de Minas Gerais, Belo Horizonte apresenta-se não raro como centro possível e único da articulação mineira³. Talvez por isso reproduza, na cidade e na região metropolitana, a estrutura da centralidade única. Não se trata apenas de uma imagem ou de uma alusão, mas de uma poderosa circunscrição geográfica, que estabeleceu e segue fixando limites espaciais incontornáveis. Quase tudo o que acontece ou trafega por aqui converge para o cruzamento das Avenidas Afonso Pena e Amazonas, os vetores norte/sul e leste/oeste que existem desde que a cidade sabe de si como forma.

Colecionar notícias dos jornais que circularam entre junho e julho na Região Metropolitana deixava ver que em Belo Horizonte acontecia algo peculiar, num contexto bastante específico. Ficava cada vez mais claro o modo particular de manifestação acontecendo nessas centralidades periféricas da Região Metropolitana, até que, entre o dia 24 de junho e 2 de julho, pudemos inventariar que 11 cidades da Região Metropolitana já haviam fechado estradas federais e estaduais. Esses protestos começavam sempre na madrugada, durando até as 9 da

² Salgueiro, 2001, p.

³ Monte mor, artigo na varia historia, p.falta ref completa

manhã, que era o tempo limite da negociação entre policiais militares e moradores que habitavam as margens das estradas para que os manifestantes abrissem caminho. À medida em que junho avançava, as manifestações começaram de fato a bloquear permanentemente as estradas. Houve estradas simultaneamente fechadas em oito das trinta e quatro cidades da RMBH, e era óbvio que haveria uma grande repercussão desse fechamento, uma vez que não se tratava de acontecimentos em rodovias pequenas, muito ao contrário fechavam-se as estradas que ligam Belo Horizonte a São Paulo e Brasília, criando-se um impacto real no transporte e circulação de cargas. Então, aquilo que parecia ser periférico, uma espécie de desdobramento quase irrelevante em relação ao que acontecia contra a FIFA, foi incluído na pauta principal dos jornais porque reverberava nas rotinas da indústria e do comércio, da circulação monetária.

Os levantes se deram em bairros periféricos de Ribeirão das Neves, Jaboticatubas, Sabará, em manifestações sempre muito desordenadas, o que tornava impossível a previsão de quantas pessoas poderiam estar em ação. Poderiam ser grupos de 20 a 100 pessoas, um ajuntamento de 8 sofás, alguns gravetos, uns tantos motoqueiros deitados na estrada para não deixar os ônibus passarem, os motoristas de caminhão que, uma vez parados, aderiam ou não ao grito. Deu-se ali uma arquitetura do protesto que foi completamente imprevisível durante 15 dias e fazer esse registro é muito especial, dado que Belo Horizonte é uma cidade que esconde seus pobres. Não é como no Rio de Janeiro, em que a superfície de contato entre as favelas e os bairros mistura as coisas a todo tempo. Por aqui os discursos oficiais já naturalizaram a segregação a tal ponto que incorporam o jargão acadêmico do ‘desenho de Belo Horizonte e suas periferias afastadas’. Ora, é inegável que em alguma medida o centro histórico da cidade-capital predomina sobre todos esses bairros populares e operários; é irrefutável o fato de que a cidade dos funcionários e das classes médias tenha sido desenhada para ser uma centralidade única; irrefutável que, historicamente, assim se constituíram os territórios em torno da capital do estado. Não obstante, essa configuração comporta muitas tensões, umas mais explícitas que outras, como pareceu nos dizer aquele mês de junho.

Nos pareceu ser muito fértil que, naquele momento de 2013 em que discutíamos a emergência das denominadas ‘novas classes médias’, fosse exatamente esta parte da população integrante de um ‘novo’ estrato social segundo o governo federal (que comprava suas moradias nesses bairros da Região Metropolitana cuja urbanização é viabilizada por programas de habitação sistematicamente concebidos para que não habitem a ‘cidade-mãe’) que se insurgiu, a discutir o seu direito a circular, frequentar a cidade e reivindicar seu acesso a bens de consumo coletivo. Pela primeira vez parecia que a voz dessas pessoas alcançava a Belo Horizonte tradicional.

Em todos aqueles momentos de interrupção das estradas era evidente que as pessoas, habitando as margens da metrópole, traziam à sua luta questões análogas às manifestações no Brasil e fora do país. Era possível enxergar nas reivindicações os laços com o *Occupy Wall Street*, com a Primavera Árabe e com o Movimento Anônimos,⁴.

⁴Há o reconhecimento empírico do papel que a cidade desempenha nas insurgências, visível no ciclo global de lutas iniciado em Davos em 1998 e que prosseguiu a partir de Seattle em 1999 até o Brasil de 2013; cumpre-se hoje perguntar de que modo as cidades contribuem para o desempenho de ações políticas de contestação, em escalas diversas. A discussão da extensão do que Antonio Negri denominou “novo ciclo global de lutas” quanto à dimensão espacial constitutiva dos recentes fenômenos de revoltas urbanas em muito excederia os limites deste trabalho. Para uma referência inicial, descritiva e cronológica, remeto ao site <www.agp.org, archive of global protests>: 1994-2009. Para esses

Mas, ao mesmo tempo, se faziam perguntas básicas, como os moradores do Olhos d'Água, na região do Barreiro, em Belo Horizonte: "Como um bairro cheio de empresas tão ricas pode abrigar tanta pobreza?" Perguntar sobre a oferta de serviços e espaço público, sobre a infraestrutura urbana não é uma indagação corriqueira ou despolitizada; tampouco pode se esgotar em uma resposta apenas pragmática. Ecoava naquelas manifestações uma questão de práxis política, que apenas principiava ser colocada ali para que façamos o esforço de desvendá-la. A tática da insurreição nas periferias da região metropolitana de Belo Horizonte nos dias de junho e julho de 2013 apresentou o habitante das cidades periféricas de uma metrópole como novo sujeito político cuja ação de fechar as estradas federais, bloquear as estradas da região, se apropriando dos espaços de fluxo explicitava sua estratégia para enfrentar a segregação.

Toda periferia denota um desdobramento da incapacidade de uma cidade histórica em abrigar em seu tecido a incompletude e a improvisação, ao mesmo tempo em que explicita a dinâmica que está no centro dos processos de expansão urbana. Na região de Belo Horizonte as cidades mais pobres tradicionalmente abrigam os trabalhadores da cidade-centro e recentemente vem se tornando o lugar-alvo de investimentos estatais e privados pensados sem qualquer conexão com os atores sociais e os sujeitos urbanos de tais lugares. Por aqui, as periferias são como ilhas que não tocam a cidade-capital, ainda que expressem a heterogeneidade dos territórios que a tornam uma região metropolitana. Os grupos e os indivíduos de moradores demonstraram ter compreendido a correlação de forças desse insulamento, reinventando seu espaço social por meio de lutas que são rupturas breves, mas sobretudo, decisivas para que a cidade-metrópole compreenda a relevância do lugar que ocupam - a relevância da sua própria *centralidade periférica*.

As interrupções do transporte e da circulação expuseram integralmente a arquitetura das revoltas metropolitanas, em cujo centro não estava a tomada de poder. As insurreições metropolitanas não se colocaram o problema de substituir os governos; antes, a luta foi travada pela transformação da lógica centro/poder/margem/opressão que define a cidade-capital. A periferia que compreende ser seu território uma *centralidade periférica*, passa a inverter os esquemas de controle na metrópole e operar com outras lógicas subjacentes, capazes de estabelecer linhas de fuga da pobreza urbana: descentrados e policêntricos, seus movimentos são uma construção em favor da potência das lutas. É por compreender que o território está incluído nas dimensões mais específicas da pobreza, que os trabalhadores - o precariado metropolitano cuja casa está na periferia - capaz de articular o comum na disputa por mobilidade e por acessibilidade.

As periferias explicitam o esgotamento de um dado desenho urbano, funcionalista, em que as localizações são produzidas e a segregação não é menos que uma categoria espacial estreitamente articulada aos processos políticos e às ideologias de degradação e deterioração. Se uma *centralidade* define uma área urbana com alta densidade econômica, forte heterogeneidade de usos, grande complexidade funcional, adensamento populacional, concentração diversificada de comércio, serviços públicos e privados; se são lugares que pedem o provimento de espaços públicos, a *periferia que protesta é um devir-centro*. Sua potência de luta é gestada justamente pela percepção de seu habitantes de que estão aprisionados em regiões sem nenhum tipo de acúmulo de atividade urbana que vise a constituí-las como centralidade, se olharmos para a configuração dos investimentos e do novo desenho

desdobramentos posteriores, entre 1999 e 2013, há uma extensa bibliografia crítica, dentre o que se destacam os textos de Negri, David Harvey, Tariq Ali, Noam Chomsky, S. Zizek, Giuseppe Cocco.

urbano que está posto para a Região Metropolitana, que sequer minimamente concebem suas periferias segundo condições de vida digna para as pessoas.

A periferia devir-centro é um mosaico de bairros, temporalidades, gentes e estéticas ao longo de seu extenso e intenso itinerário, rumo a... , indo e vindo do centro. A periferia que protesta recusa a imposição de que não tem cultura, tecnologia ou economia. Exige sua centralidade recusando o que o centro antigo da cidade diz que deveria ser. É como se a periferia fosse um dia ter – ou como se a periferia almejasse ter, ou fosse melhor para a periferia ter aquilo que o centro antigo já tem, e por isso se autoriza a ensinar a periferia aquilo que ela quer, como chegar lá, no que é bom para ela mesma, periferia. O lugar que o centro desejaria que a periferia ocupasse para sempre é o lugar daquele que espera para ser incluído, aquele que acha para sempre que é do centro que virá sua libertação. O desejo da multidão que habita a periferia é muito outro. A vigência desta expectativa do centro em relação a um lugar subalterno já terminou; e isso é o que principalmente fica explicitado numa estrada fechada por uma barricada de gravetos.

Junho pareceu ser, para Belo Horizonte, uma espécie de redenção. É certo que ainda é preciso fazer uma longa investigação sobre o que significou interromper o fluxo das rodovias. Sobre a potência das manifestações quando a estrada é bloqueada com sofás e o prefeito se recusa a negociar com “gente que põe sofá no meio da estrada”. Ainda não conseguimos inventariar tudo que de fato aconteceu, mas indubitavelmente foi um tempo de descobrir novos espaços na metrópole, espaços que definiam localizações determinadas dos movimentos da multidão. Foram pequenos abalos mas, descentrados e policêntricos, redesenharam a cidade em sua capilaridade. Muitos desses protestos eram simultâneos. Havia três diferentes barricadas construídas ao longo do trecho de rodovia atravessa Ribeirão das Neves - a cidade em que se deu o primeiro protesto de junho por ônibus minimamente dignos de trafegarem - três lugares diferentes na estrada fechados por pessoas diferentes em bairros sem conexão e com reivindicações ora semelhantes, ora diversas. A televisão mostrava as imagens da tomada dos ônibus, da polícia não conseguia retirar as pessoas da estrada até o meio da manhã, e mais pessoas chegando, quase transformando a revolta numa festa.

Fomos conversar com aquelas pessoas para tentar entender a lógica dos agrupamentos e redes, o que permitira afinal a simultaneidade, de que modo essas cidades vizinhas conversam entre si? Ouvimos respostas que, mais que descrições, eram questões dirigidas aos governos, de posse de muita informação econômica sobre os investimentos dos seus respectivos municípios, mas ao mesmo tempo respostas sem qualquer domínio sobre processos decisórios afetos ao cotidiano urbano daqueles moradores. Foi espantoso constatar a articulação das pessoas para o entendimento do problema estrutural do município, e nenhuma informação sobre a vizinhança entre os bairros. Sabará se ressentia da mesma ausência de investimento que Rio Manso, entendem quem são os empreendedores, o grande investidor, as alianças do Estado com o capital imobiliário, mas a eles próprios ainda faltam ferramentas para exercer qualquer controle sobre seus espaços, em escala local ou microlocal.

A ação de protestar é que parece ter sido decisiva e muito respaldada pelos moradores. Muitos souberam que só teriam visibilidade se tocassem no ponto central, que é o transporte de cargas naquela via. Por sua vez, a repercussão se fez notar em outros setores da população metropolitana que vinham apoiando todas as manifestações de junho, mas quando começaram a fechar estradas, recuaram, aludindo “aos caminhoneiros no Chile que ajudaram a derrubar Allende” e alertando para o problema do desabastecimento. As manifestações da estrada nunca cresceriam em volume, pois seu ponto chave residiu em compreender a arquitetura dos fluxos metropolitanos, em interromper por entender o que está em jogo quando se impede

que a vida das pessoas nos bairros das classes mais altas continue a ser equacionada do modo rotineiro e eficaz. Bastou contar com a cooperação dos motoqueiros, mototaxis, motoboys –igualmente moradores das periferias – que se deitavam, ao lado das motos, na estrada. Ou fazer as crianças reclamarem de “como tinham dinheiro para construir o Centro de Treinamento do Atlético e não havia dinheiro para resolver o problema da passarela da estrada”, uma reivindicação que completava 12 anos.

Poderíamos considerar esses momentos eventos efêmeros, mas havia muito mais ali, sobretudo uma profunda inteligência do cotidiano que nasce de uma reivindicação pragmática e de uma demanda por um bem de consumo coletivo – a água -, o direito ao transporte, a segurança para , mas não é apenas isso o que está em jogo. Trata-se de uma reivindicação política, a de fazer cessar a invisibilidade desses pobres nas franjas da metrópole. Algo muito potente vai decorrer daquilo que se passou naquela rede dos fluxos bloqueados, rede que só denota o quanto a metrópole - reconfigurada num momento de proto revolução - pode ser um dispositivo para interromper formas de controle, invertidas por redes de resistência.

IV. subjetividades

Em meados da década de 1970, dá-se um plano de clivagem na teoria urbana no qual se passou dos sistemas de desenho e das ciências do planejamento a um *corpus* teórico desenvolvido desde a filosofia marxiana e fundamentada na luta de classes urbana. Quando interpretada a partir de determinados textos então produzidos, pode-se fazer um esforço de síntese dessa abordagem mostrando que, nos anos de 1970, há dois momentos para a teoria urbana.

Nos primeiros anos dessa década a pesquisa urbana se ocupava de estruturas urbanas desdobradas em processos cujos sujeitos não eram colocados em causa; predominava a análise da urbanização e das políticas públicas. A teoria marxiana acerca da produção do espaço pensou o crescimento e a transformação urbanos em termos da circulação de capital, bem como o uso do solo e a atividade econômica em termos da mais-valia urbana (Castells, Lefebvre). Também se escreveria àquela altura uma importante crítica ao papel desempenhado pelo Estado no planejamento (Lojkine).

Em 1975 essa mesma pesquisa entra em crise, o que define o segundo momento da teorização em torno do fenômeno urbano; é preciso pensar a *questão da classe* para além do funcionalismo, se debruçando sobre as práticas sociais, então definidas como resultado da interação entre as características de posicionamento de um grupo dentro da estrutura social e as condições externas produzidas pelas lógicas de acumulação e políticas de Estado.

Em 1980, a estabilização social obrigou a pensar as singularidades: pesquisa-se os modos de vida e a diversidade dentro de posições similares na estrutura social. A questão da reprodução social passa a explicar a questão da produção de individualidades, na qual os trabalhadores deixam de ser vistos exclusivamente a partir do trabalho , naqueles aspectos primordiais de sua função para o capital e para as forças produtivas, mas passam a ser considerados em seus agenciamentos, enquanto sujeitos de práticas. Se olhadas pelo prisma da questão de classe em sua intersecção com a questão territorial, práticas de classe não determinam necessariamente a forma de ação coletiva a partir de respostas populares, mas sim respostas a situações que são sobretudo cotidianas e silenciosas. (TOPALOV) Naquela década,

evidencia-se que a existência de equipamentos urbanos coletivos não determina diretamente os modos sociais de uso dos mesmos. Era preciso pensar não apenas as práticas mas também suas condições -o tecido das instituições sociais, relações sociais estabelecidas ali e na vida cotidiana; descendência, continuidade, troca, intensificação, reação, horizonte de mudança...

Pelo exposto, se é verdade que os teóricos marxistas atualizam o debate sobre a espacialidade do conflito de classes, das forças produtivas e das relações de produção, é também fato que o marxismo da segunda metade do século XX já não podia aplicar ao espaço agigantado das cidades as mesmas categorias que Engels utiliza para explicar a Inglaterra oitocentista ou aquelas pensadas pelos primeiros planejadores urbanos. Henri Lefebvre é um dos autores a fazer essa constatação e encaminhar sua reflexão de modo a prospectar outros campos disciplinares e âmbitos com que pudesse debater. Dentre esses campos – teóricos ou práticos – estão, principalmente, os movimentos de oposição e resistência ao poder exercido pelo Estado, o corpo colocado no centro da experiência urbana, e a cidade enquanto condição de possibilidade de uma experiência determinada, em que se misturam o material e o imaginário, o construído e o mental.

Tal amplificação das discussões urbanísticas fica evidente, pelo menos nos países do hemisfério norte, a partir da *questão da participação no planejamento urbano* colocada em pauta desde a década de 1960 (Jacobs, 1961; Davidoff, 1965; Arnstein, 1969; Goodman, 1972; Castells, 1982; Friedmann, 1987). No Brasil e na América Latina, a pauta do planejamento participativo esteve, entre os anos 1960-1990, aliado ao debate sobre o enfrentamento da pobreza urbana nos grandes centros e o provimento de habitação para as populações que viviam em favelas e periferias; no caso do Brasil, havia desde 1963 uma proposta sistematizada para a Reforma Urbana centrada na questão fundiária (Maricato *et. al.*, 1982; Kowarick, 1973-1979; Kowarick, 1974; Kowarick, 1975; Kowarick, 1979; Kowarick *et. al.*, 1988).

Para fazer a discussão da reconfiguração da prática do planejamento urbano após 1990, é necessário conhecer os fundamentos da *política urbana* no contexto do Brasil pós-constituição de 1988. Em especial, é preciso conhecer a recente produção do espaço brasileiro, entre 1990-2015, em formulações, conteúdos e paradigmas significativos vinculados aos temas da Democracia Participativa, Agenda da Reforma Urbana, a concepção dos conselhos gestores de políticas públicas e o Estatuto da Cidade. Tal intervalo temporal dá conta do desdobramento da *questão da participação popular* nos processos decisórios de produção do espaço urbano brasileiro, desdobramento que, em grande medida, já refletia o debate internacional sobre o tema.

Manuel Castells foi outro autor decisivo para a pauta dos usuários e a apropriação dos espaços. O sociólogo espanhol afirma, em 1983 que, enquanto esfera de politização, a cidade apresenta-se segundo três variáveis, a saber: o modo segundo o qual a população organiza suas queixas e demandas para refletir as exigências cotidianas; a defesa de identidades territoriais, que se transforma num motivo potente para alcançar a mobilização; e, finalmente, os esforços do aparato estatal local para a desmobilização dos grupos insurgentes, por meio de cooptação e clientelismo (Castells, 1983). A despeito da intensa transformação dos territórios que demarcam uma cidade na atualidade, ainda faz sentido e tem validade o que Castells constata sobre a escala urbana quanto a sua caracterização para a luta política: a cidade permanece como locus vital de contestação e contraposição ao Estado quando este não responde ao que a sociedade reivindica.

A partir de meados da década de 1990 dão-se os momentos em que emergem novos atores no campo da cultura, novas subjetividades que resistem à norma imposta pelo neoliberalismo e que farão a ligação entre trabalhos culturais e sociais com ativismos sociais, p.e., legalização e urbanização parcial das favelas, sem redução de pobreza e violência. O neoliberalismo provoca uma profunda mudança de comportamento, técnicas e dispositivos de disciplina, sistemas de coação social e econômica, para obrigar os indivíduos a governar a si mesmo sob a pressão da competição, seguindo os princípios do cálculo maximizador uma lógica de valorização do capital.

“Cada sujeito foi levado a comportar-se, em todas as dimensões de sua vida, como um capital que devia valorizar-se: estudos universitários pagos, contribuições de uma poupança individual para a aposentadoria, compra da casa própria e investimentos de longo prazo em títulos da bolsa são aspectos dessa capitalização da vida individual que ganhava terreno na classe assalariada, erodia um pouco mais as lógicas de solidariedade” (DARDOT, LAVAL, 201)

Os movimentos urbanos militantes passam a se desenvolver segundo novas lógicas, não mais almejando interesses de um único grupo social mas lutando em conjunto, ainda que provisoriamente, por mudanças fundamentais nas cidades. A diversidade radical da vida urbana, que faz surgir nos espaços de trocas inovadoras, intercâmbios interpessoais e coletivos, sempre por meio de processos intensos, também é capaz de fazer emergir uma densa rede de controles institucionais desdobrados em protocolos para conter “o caráter ‘selvagem’ da vida urbana” (Nicholls, 2008, p. 846).

Para aprofundar o conhecimento da cidade brasileira enquanto substrato da luta política atual é necessário compreender quais atributos urbanos são especificamente influentes nas queixas, formas de organização, bem como na tomada de consciência dos insurgentes. Em primeiro lugar, destaca-se o abrigo, nos espaços urbano/ metropolitanos brasileiros, das capacidades para estabelecer tanto uma diversidade de relações quanto a instalação do controle institucional.

Uma cidade se concretiza justamente nessa dialética diversidade-controle, na medida em que se configura num conjunto de espaços de diferença, alteridade e liberdade, mas também de controle e racionalização. À intensa possibilidade de conexão humana corresponde a estruturação de organizações burocráticas aptas a controlar essas conexões. Nessa dialética urbana de contrários (a liberdade e o encontro *versus* o controle e a regulação), quando diferentes atores e organizações se defrontam com demandas e queixas comuns, habitantes podem construir juntos conexões para aprimorar seus recursos de luta. A cidade é profícua em estabelecer laços. Walter Nicholls (2008) apresenta uma interessante análise dos laços sociais que se estabelecem na cidade em função do apoio recíproco de indivíduos dentro de um grupo ou entre grupos que se aproximam esporadicamente (Nicholls, 2008). Para esse autor, os laços fortes são identitários: resultam na união perene de um determinado grupo de reivindicação. Dão conta da combinação de alianças no tempo, de intensidade emocional e de uma densa reciprocidade que permeiam as ajudas recíprocas e a confiança mútua com vistas a buscar objetivos coletivos. De outro lado, os laços fracos expressam ligações e solidariedades momentaneamente construídas, mas permitem amplificar a ressonância das reivindicações, promovendo a troca de informações para além do próprio círculo do grupo. Os laços fracos

formam redes de partilha de saberes e constroem cooperações temporárias para alcançar um objetivo comum.

Por seu turno, o Estado empenha seu aparato de governo e estruturas burocráticas para exatamente bloquear a capacidade associativa desses grupos urbanos, interrompendo e coibindo os variados tipos de conexão entre diferentes organizações sociais. Governos confirmam, invariavelmente, sua ocupação e disposição tradicionais sempre empenhadas na manutenção da ordem para evitar a anarquia e a ruptura social. A proposição de um regramento coeso e a instalação de protocolos e instituições, todos criados para levar a cabo a função do Estado de contenção da movimentação social, permitem aos governos fazer uma leitura nítida das reivindicações sempre de modo a pacificá-las, acolhendo-as na esfera de alguma política pública, deixando-as abrigadas em campos estritos, mas, sobretudo, isoladas umas das outras. Demandas da sociedade são mapeadas para serem controladas por órgãos e agências específicas dentro do aparato do Estado, com o nítido objetivo da desmobilização. Políticos, servidores públicos e corpo técnico dos governos assumem a tarefa de controlar, com o emprego de ferramentas institucionais, posições-chave nos diálogos com a sociedade. Para impedir que as reivindicações por demandas de um determinado grupo se generalizem, sendo apoiadas pela sociedade em setores mais amplos, o Estado opera para distinguir estratégias dos grupos e prepara a regulação da demanda por meio da oferta de uma política pública; além disso, é prática corrente de gestão a criação de uma agência reguladora para cada política pública, compartimentando fluxos dentro da máquina estatal. Por fim, a burocracia do Estado permite a participação da população nos níveis periféricos do âmbito decisório concernente à efetivação da política pública, sempre com vistas a obter um “consenso de oportunidades” e difundir o discurso da eficiência e do profissionalismo.

Mas, para além da capacidade manifesta do Estado em “enclausurar” as mobilizações dos grupos urbanos, a cidade ainda permanece contemporaneamente como o locus em que as alianças e coalizões se fazem entre múltiplos atores, graças a fatores tais como proximidade geográfica e as articulações entre vizinhanças. Na escala urbana afirmam-se movimentos que em sua maioria estão fundados no conhecimento associado às experiências vividas no cotidiano. É nesse *mundo da vida* urbano que se constroem as solidariedades e as estratégias de luta dos movimentos. É que a regulação imposta pelo Estado em geral incide sobre a vida urbana, e ainda mais diretamente sobre os processos cotidianos dessa vida. Políticas urbanas são um exemplo consistente nessa direção: a oferta de serviços, infraestrutura, bens de consumo, bem como o atendimento aos direitos civis, sociais e a efetivação de justiça social.

A meu ver, é necessário que, tanto a resistência como a insurgência, dado que são formas de práxis que se tornem conceitos operativos de análise. Concordo com os termos propostos por Lanz (2009), ao tratar do caso do Hip Hop no Brasil. Segundo o autor, o senso de responsabilidade própria e de cidadania do movimento Hip Hop associa as tecnologias de poder liberal às tecnologias de si, mas ultrapassa a redução à dimensão econômica (Lanz, 2009, p.232). Uma vez que a resistência seja uma subversão, “portanto uma provocação, uma ironia, um choque”, os atores não operam de maneira defensiva contra as imposições da ordem global, mas sua agência é potente para gerar novas formas de subjetividade, as quais conseguem romper, no médio prazo, com o regime histórico de violência estrutural e física. Aqui está o potencial para transformar substancialmente a sociedade brasileira: “Resistência pode ser aplicado a diversas situações de contestação do poder mesmo que sejam contestações muito sutis, muito capilares, que não contestam o sistema como um todo”.(Caderno Turquia, JJreis, p.65.)

Resistências e queixas se articulam em contextos urbanos que dão suporte às experiências cotidianas vividas – ampla e repetidamente – nas cidades. Na escala urbana, os grupos constroem molduras comuns para justificar e motivar suas ações e sua participação. Podem articular-se na construção de diagnósticos e prognósticos de problemas: por um lado, são capazes de compreensão partilhada das causas dos problemas; por outro, são capazes de projetar a ação coletiva e pensar soluções para tais problemas identificados. Por último, movimentos surgidos na escala urbana frequentemente partilham um imaginário político que é decisivo para constituir uma contra esfera pública, constituindo arenas alternativas de discurso.

Para um dos intuitos deste trabalho, que é o de correlacionar o urbano multiescalar da atualidade brasileira, os limites da ação política dos habitantes das cidades e o lastro espacial dessa mesma ação, pode-se afirmar que, efetivamente, o que se transformou foram a ressonância, o alcance e as articulações das lutas políticas travadas na cidade brasileira em outras escalas, sejam regionais, nacionais e mesmo transnacionais. Pode-se depreender, de uma tal correlação, fundamentos para uma teoria crítica urbana em cujo foco esteja a construção social da escala, a cidade como lugar da luta política, além de uma institucionalidade que dê conta dos processos instituintes, estes considerados como ideias-força que ampliam o controle social sobre o planejamento e a gestão urbanos. Urge analisar o duplo enervamento da ação política, quando desempenhada pelos atores sociais ou pelos governos, e assim avançar na discussão de um referencial institucional que ultrapasse a intervenção programada sobre uma população e sobre a prática de agentes sociais, isto é, sobre aqueles que, ao fim e ao cabo, partilham vantagens e problemas socioespaciais em um território urbano comum.

Para Lefebvre, todo Estado toma o espaço enquanto locus por meio do qual o poder se afirma e exerce, não sendo a política mais do que a condição para que o espaço resulte das relações de produção sempre a cargo dos grupos sociais dominantes. Nesse sentido é que Lefebvre escreve sua argumentação de contraposição ao aparato de Estado, afirmando ser tarefa da crítica *do urbano* desvendar processos e entraves da burocracia, fazendo a crítica *da política* que concerne ao espaço. Lefebvre critica a intervenção estatista na medida em que ela é incapaz de considerar de modo acurado os usuários dos lugares, tampouco suas lutas e agendas, ou ainda a praxis dos processos de mudança social. Para esse autor, a finalidade da crítica dirigida ao modo da política exercida pelo Estado deve resultar na explicitação de que é a práxis que está no cerne da vida urbana.

Ora, a práxis é materializada num conjunto de forças e processos sociais que atuam sobre um lugar específico, implicando a conexão do micro-espaço dos corpos ao macro-espaço da cidade, à macroescala do global e dos circuitos econômicos. Lefebvre nos permite avançar na compreensão de que a política, quando exercida pelos habitantes no espaço, é primeiramente uma *política dos corpos*. O corpo, na cidade, é condição de possibilidade daquela experiência que se faz no espaço para a reivindicação ou contestação do Estado. Isso é o que melhor traduz a ideia lefebvriana de apropriação – uma *condição urbana e política* tal como é exercida pelo público, em que

o importante não são as regularidades institucionais, mas muito mais as disposições de poder, as redes, as correntes, as intermediações, os pontos de apoio, as diferenças de potencial que caracterizam uma forma de poder e que, creio, são constitutivos, ao mesmo tempo, do indivíduo e da coletividade (Foucault, 2008, p. 307).

Identificar, para a especificidade das cidades brasileiras, a apropriação do ambiente construído a uma ação política dos corpos é assumir a cidade como mistura de imaginário e matéria, do mental e do construído, elaboração teórica que é partilhada por Lefebvre e Foucault. Quando a política é vivida como movimento, lugares e corpos formam uma articulação mutante, provisória mas potente, um encontro por meio do qual a sociedade pratica o que Lefebvre denomina “os movimentos de usuários, protestos e contestações” e Foucault chama em 1983, n’O governo de si e dos outros, de “as contracondutas”. Com o termo *contraconduta* (*contre-conduite*) Foucault designa as lutas contra um poder opressor (Foucault, 2008, p. 266); em outros termos, é o exercício da política que não se dá senão em formas de resistência expressas em apropriação (e reapropriação) dos lugares habitados – no sentido lefebvriano do termo.

Assim, a resistência é uma força de insubordinação. A uma forma de poder instituída por uma força que, pretendendo-se absoluta, se efetiva enquanto estado de dominação. No entanto, não só a resistência pode fundar novas relações de poder, como novas relações de poder podem, inversamente, dar origem a novas formas de resistência. Toda luta local é uma sublevação, um tipo de força inédita que emerge num encontro com uma energia selvagem, verdade histórica que rasga e agita a história. Onde se pressente a irrupção de algo a vir, sem nome, sem direção - em face do intolerável. É por meio da apropriação e da contraconduta que a cidade pode se colocar contra o Estado, pois tanto uma como outra são movimentos dos habitantes urbanos articulados e difundidos graças aos *processos multiescalares*. Contraconduta e apropriação constituem-se em modos renovados de oposição e resistência da sociedade face ao *modus operandi* do Estado, e que já operam num âmbito também renovado de institucionalidade.

V. lutas

Uma pesquisa dessa natureza, em que se investiga o debate sobre o direito à cidade e a reconfiguração das lutas urbanas a partir da memória topográfica das cidades treina paradoxalmente os olhos e os ouvidos para o tempo presente dos espaços, catalisa interpretações sobre os eventos que juntam pessoas, faz se demorar em compreender as ações centrífugas de habitantes urbanos que vão construindo redes, disseminando conhecimentos, partilhando lugares.

Desse treino resulta um quase-método de investigação que explora os acontecimentos pelo avesso, pois *toda Insurgência é compreendida por meio de seu uso disruptivo do espaço*. Uma vez que o que se procura entender é uma história (dos levantes) por meio de seus vestígios (efeitos e repercussões) espaciais muitas vezes contornados ou camuflados pelos planos e desenhos urbanos, a morfologia, as lógicas dos fluxos e da organização histórico-econômica urbanas fazem sentido somente se tomadas em relação aos relatos de usos e apropriações do espaço pelos atores sociais. A análise das insurreições urbanas passadas ou atuais é possível como escrita a partir de representações que têm de ser muitas vezes reconstruídas desde seus fragmentos ou de minúsculas narrativas que cruzam disciplinas e saberes, em empréstimos recíprocos de conceitos e ferramentas.

Cumprir-se hoje tratar de modo analítico o que são teórica e politicamente esses novíssimos movimentos e lutas urbanas. Em especial, compreender o que se passou no Brasil em junho de 2013 e a partir dali, nos aspectos concernentes à repercussão espacial daquelas ações políticas, em suas escalas diversas. Faz-se necessário tensionar aquele junho, que, sim, curvou-se à imagem e ao espetáculo. Como se esses, entretanto, não fossem eles mesmos,

peças cruciais no atual tabuleiro da política.

O habitante que se insurge em sua cidade, o faz em graus e práticas diversas (pacíficas, lúdicas, agressivas etc.), mas esse ato insurgente dá conta, quase sempre — tendo em vista que uma ação insurgente pode estar de acordo com os métodos de regulação do espaço —, de desobedecer e inverter a *objetividade* das regras da vida urbana, na medida em que a cidade, como espaço, composto de múltiplas partes e peças, passa a servir ao levante, e ao povo daí, numa relação *ativa*. Se os caminhos burocráticos blindam um “enfrentamento formal” e retiram das pessoas a capacidade de reivindicar, elas se fazem *ver* na metrópole pelo uso *outro* dos recursos que a cidade oferece: as peças urbanas — a fachada, a parede, o muro, a vitrine, a caçamba de lixo — são profanados e convertidos em meios de comunicação e proteção; os espaços de trânsito, quotidianamente uniformes e unidirecionais, são tomados por performances insurgentes variantes e divergentes que interrompem o *fluxo*; os “ocupas” ferem a aura de intocabilidade dos lugares e monumentos, instalando neles o *dia a dia* revolucionário; todos esses e outros, atos de desobediência que, agradando ou não, eficientes ou não, fazem emergir as subjetividades e expor contradições.

A condição necessária para pensar as lutas urbanas como instância de transformação da produção do espaço é que essa reflexão seja elaborada a partir de situações e práticas concretas e historicamente determinadas. Em outros termos, minha defesa aqui é que façamos uma crítica imanente aos modos de participação popular, em suas vertentes conceitual e material, para discutir de que maneira participar se articula a reivindicar, por meio da configuração de luta, em contestações que se dão na experiência espacial urbana.

Do ponto de vista desses movimentos reivindicatórios urbanos desenrolados recentemente em nosso país, é possível reunir elementos para considerar a repercussão espacial da atuação dos sujeitos coletivos e instâncias institucionais em suas formas de articulação e arenas públicas de debate. É necessário alcançar um aprofundamento conceitual e prático sobre o problema, no Brasil, da construção social da escala em suas articulações variadas (diferentes níveis de especialização funcional, diferentes formas de reunião social); assumindo, por princípio, que se faz a cada vez mais necessário detectar emergências e visibilidades novas (ou invisibilidades) nos territórios sempre de modo a pensar as redes de troca de conhecimento e saberes vigentes no urbano contemporâneo como ferramentas muito potentes, seja de investigação ou proposição.

Nos protestos na periferia da RMBH em junho de 2013 construiu-se uma forma de expressão cuja força é genérica, indivisa, mas que, construída coletivamente, consiste em redesenhar provisoriamente a paisagem das grandes cidades, fazendo emergir um poder coletivo que vai se constituindo pela fala dos muitos, em representações dialógicas singulares, em jogos linguísticos próprios.

Da interação comunicativa decorreu a articulação coletiva de quem fazia os protestos. E isso, em Minas Gerais, deve ser considerado uma vitória, muito embora não seja nada espetacular. Que o conflito possa ser amplificado é muito significativo para a história urbana desta cidade-capital. Não somente porque torna visível aos olhos do resto da cidade sua periferias, mas sobretudo por empoderar manifestantes, seus vizinhos, ‘quem dá notícia do que se passa nas redondezas’. A informação que circula sobre o protesto acaba por se traduzir num empoderamento que é, em si, auto reflexão dos sujeitos viventes. Tal modulação da articulação política - conseguir finalmente expor um determinado conflito para uma larga parcela da população, extrapolando o raio de alcance geográfico do próprio acontecimento —

demonstra o quanto saber e conhecimento em geral podem ser tomados hoje como a definição mesma de produtividade social.

A ação do protesto põe em movimento uma singular cooperação cujo conceito é o de um concerto da competência comunicativa dos indivíduos. Ou, o que se denominou, desde Marx, de intelecto geral - uma forma de cooperação inteiramente implicada na atitude comunicativa e difusamente criativa dos seres humanos.

Quem, afinal, são esses sujeitos políticos construídos desde a periferia? Multidão. Uma confluência de muitos, o uno que nada tem a ver com o uno constituído pelo Estado, mas que, antes, re-determina a unidade que tradicionalmente definiu o povo. A multidão é uma categoria da produção baseada na linguagem e no saber de uma rede de indivíduos. É a forma da existência política e social dos muitos enquanto muitos. Em outras palavras, é o modo de ser de numerosas singularidades que percebem o poder genérico de falar que lhes cabe.

Indivíduos nos protestos são um híbrido e uma justaposição, e por causa disso é que se dão conta do potencial indeterminado que lhes é próprio. Sua potência decorre simplesmente do seu encontro; é anterior a qualquer coisa específica que seja dita, e, formando o que Virno denomina um coletivo centrífugo. Multidão é a pluralidade na cena pública, na ação coletiva, na atenção aos assuntos comuns. É uma junção que não é promessa, mas premissa: linguagem, intelecto, “as faculdades comuns do gênero humano”, dizem Virno e Arendt. O ajuntamento que dá forma aos muitos antecede o momento em que se reúnem no protesto, levante ou ocupação. Cada um dos muitos está ali porque compartilha modos de vida, têm em comum o modo pelo qual provam o mundo, reparte entre si e os outros a mesma experiência cotidiana.

Trata-se de uma questão referida à expressão, quando esta se configura para dar voz e estabelecer a linguagem, achando frestas para que essas reivindicações apareçam; a potência da expressão é que transforma essa ação em algo novo. Em julho [de 2013](#), um jornal televisivo da manhã mostrou uma senhora de Ravena, um bairro [em](#) Sabará, na RMBH, que em meio à manifestação por melhorias no transporte coletivo intermunicipal perguntava pelo fornecimento de água em seu bairro nos fins de semana. É, obviamente, uma denúncia contra a interrupção do fornecimento de água, contra a toda poderosa companhia de saneamento de Minas Gerais, a COPASA, e que jamais estará em nenhum veículo de massa e nenhuma mídia em Belo Horizonte. E essa é uma reivindicação que não tem nenhuma preocupação sistemática, é quase um grito: “Por que não tenho água sexta, sábado e domingo?” Por que a COPASA pode tirar água da nascente do Rio Manso para trazer água limpa para Belo Horizonte e a cidade de Rio Manso, onde fica a nascente, não tem tratamento de esgoto em alguns locais? Qualquer cidadão morador dessas regiões percebe rapidamente, e não precisa ser engajado politicamente, que se for tentar o curso tradicional da reclamação - mesmo da reivindicação - não alcançaria lugar nenhum.

Nesse arranjo centrípeto de subjetividades, que opera por meio do conhecimento, da comunicação, da linguagem, já não somos mais consumidores passivos de informação. Criamos novas redes coletivas de expressão – porque compartilhamos atitudes linguísticas e cognitivas; afinal, falamos como habitantes, isto é, falamos de modo exatamente oposto ao discurso da técnica ou da fala ‘profissional’. A esfera pública do cotidiano é que mobiliza a produção de significados reais na possibilidade de extrair novos significados do nosso mundo cultural, descobrir novos modos de expressão social. Toda comunicação no cotidiano é produtiva se é a soma de expressões nascidas da resistência; ou, se nas reivindicações se articula um movimento vital, como argumenta Toni Negri.

“Nas queixas concretas, o embrião de um novo poder social... um sujeito político constituído com o poder de derrubar(o antigo regime e levar a burguesia ao poder): os *cahiers de doléance*, na Revolução Francesa, compilados em 1788, eram extremamente variados, mas pode se dizer que por trás deles se encontravam as listas bem organizadas e coerentes da Enciclopédia de Diderot e d’Alembert, que pareciam proporcionar-lhes uma profunda e esclarecida estrutura lógica. Por trás dos protestos de hoje (parecem-se mais com a biblioteca de babel de Jorge Luis Borges) – não existe uma racionalidade enciclopédica – mas uma caótica, estranha e infindável coleção de volumes sobre tudo neste mundo. Se existe hoje alguma coerência, com efeito, ela só haverá de se manifestar posteriormente do ponto de vista subjetivo dos próprios manifestantes. É possível que com o tempo, as vibrações sísmicas de cada protesto entre em ressonância com as dos outros, amplificando-as todas de forma coordenada e criando um território de multidão” (Negri, Hardt, 2005, p.341).

O que somos, então, enquanto sujeitos políticos das insurreições? Um conjunto sem unidade, um plural de subjetividades que toma o lugar da massa e que assume dimensões transindividuais, quase comunitárias. Sujeitos políticos são a soma das as subjetividades da resistência, que tem a faculdade genérica de falar, a potência indeterminada do dizer. Quem protesta e se insurge articula seus atos de fala como potência pura e simples. Por isso é possível afirmar – e talvez esteja aqui uma das forças principais desse protagonismo das manifestações da multidão – que os levantes urbanos atuais não são manifestações por representação política, mas para colocar em movimento uma nova gramática para o político, que é expressão do direito de resistência: o direito de defender qualquer coisa que seja digna de perdurar.

Contudo, mesmo que já se tenha o reconhecimento empírico do papel que a cidade desempenha nas insurgências, visível no ciclo global de lutas iniciado pelos zapatistas no México em janeiro de 1994, reaparecendo em Davos em 1998, e que prosseguiu a partir de Seattle em 1999, Primavera Árabe e Occupy! até o Brasil de 2013, cumpre-se hoje perguntar de que modo as cidades contribuem para o desempenho de ações políticas de contestação, em escalas diversas.

Para quem vive nas periferias brasileiras, o horizonte da expressão é a produção do cotidiano que, doravante, enquanto construção de possibilidades de se associar, é mais que configuração econômica particular; torna-se saber onde intervir, pleitear o acesso em seu sentido mais amplo: entrar, frequentar, voltar. O âmbito da produção se une às formas de vida configurando uma constelação social.

Para quem se dedica a pensar o planejamento das periferias metropolitanas desde as insurgências, qualquer trabalho implicará em reelaborar as agendas territoriais a partir de uma institucionalidade transformada, no esforço de lidar com múltiplas autonomias que se põe como exigência nas mais diversas escalas e nas inter relações policêntricas: de uma periferia histórica para outra recém surgida; das periferia com o centro histórico; de uma centralidade a outra, numa hierarquia de múltiplos centros.

Quanto, do momento de um levante, é capaz de transformar os planos para uma metrópole agora que ela é um espaço policêntrico de produção multifacetada? Qual é a potência da insurreição na transformação da urbanística, se a multidão passa a ser uma categoria para

pensar a crise da forma Estado, esse alicerce sob o plano urbano? Como se dão os desdobramentos espaciais da reivindicação que é apropriação (que redundando em interrupção e ruptura dos marcos regulatórios do planejamento estatal?) frente ao planejamento que se funda na coesão (que redundando em coação do Estado sobre o território)? São perguntas apontando, por ora, o esboço de uma conclusão.

Um modelo analítico pode encontrar sua coerência em torno de uma dada situação, seja a construção de uma cidade, seja um evento urbano que reúne numa certa duração e dinâmica específicos atores sociais cujas identidades e trajetórias vêm à tona pela ação inscrita nas redes de relações e práticas que constroem um espaço social. Nesse sentido, a insurreição é uma espécie de contra-uso dos lugares que desafia as análises urbanas. Por meio dos levantamentos, ficam evidentes o esgotamento e ou a impossibilidade do desenho, bem como emergem tramas e usos capazes de configurar outros espaços dentro da totalidade urbana. Esse entramado que é práxis, contudo, escapa às categorias, transborda por todos os lados do perímetro caro aos urbanismos. Em junho, a rua rejeitou a ideia vigente de plano urbano, para desvelar o terreno novo dos antagonismos a serem incluídos no cálculo das condições de possibilidade do urbano substantivo de que falava Henri Lefebvre. Por isso, esse mesmo autor chamou à insurreição proto-revolução urbana, o levante como momento que permite pensar o comum e o coletivo externamente à lógica estatal.

Entretanto, esse momento - algo lefebvriano - de uma proto-revolução deve ser atualizado para dar conta da atual experiência metropolitana que faz a multidão. Na metrópole do neoliberalismo um indivíduo está sempre exposto ao imprevisto, ao insólito e às mudanças repentinas. O contexto e a experiência de mundo na metrópole é, mais e mais, um adestramento para a precariedade, com a exigência da adaptação urgente, que converte em hábito o fato de não tê-los – os hábitos. Ali se vive a precariedade e a variabilidade ao mesmo tempo. Expostos ao mundo de forma multilateral, “os indivíduos se movem numa realidade sempre e de todos os modos renovada múltiplas vezes” (VIRNO, 2013:17)

Precisamos construir um *método* ou estabelecer critérios gerais para transformar a institucionalidade a partir do entendimento dessa experiência dos muitos indivíduos submetidos aos planos para a metrópole que experienciam; talvez possamos fazê-lo com as categorias que são postas nessas lutas breves, se as olharmos como momentos apontando a conformação da sociedade urbana *em multidão*. Nesse caso, teremos de extrair os conceitos e as categorias trabalhando sobre materiais concretos, examinando-os em detalhe e, ao mesmo tempo, extraindo dali as categorias teóricas. É necessário fazer a análise no nível da materialidade, descobrir os meios e as forças de produção da realidade social.

Mais que nunca o pensamento espacial parece exigir construir uma institucionalidade que possa se exercer externamente ao Estado, isto é, um âmbito não estatal dos assuntos comuns – res publica – numa forma radicalmente nova de democracia -, em termos de saberes tácitos, para além da concertação tradicional entre setor técnico e população. A busca realista de novas formas políticas, uma democracia radical: “nada intersticial, marginal ou residual; bem mais, a concreta apropriação e rearticulação do saber/poder, hoje congelado no aparato administrativo do estado” (VIRNO:2013, 27).

Há que se pensar a cooperação entre habitantes e governos por meio de outras dinâmicas sociopolíticas, mas principalmente antropológicas – a experiência coletiva volta ao centro do problema de uma nova lógica institucional da sociedade: capaz de instituir uma nova sociedade baseada na solidariedade e na cooperação, mas também uma lógica institucional capaz de recolocar a experiência dos muitos no centro da própria prática social e política.

Como acolher a centralidade periférica no planejamento? Superando uma dada lógica de política urbana que sempre esteve no Brasil associada à mútua inervação entre os poderes político e econômico, favorecedora dos estratos sociais mais ricos, e que resultou num ambiente construído fortemente influenciado pela localização dos diversos grupos sociais, o que reforçou historicamente a segregação sócio-espacial em favor das elites. Urge colocar no lugar dessa lógica a política como práxis, isto é, o campo onde acontecem as lutas, as estratégias e os conflitos reais de resultado contingente. Assim talvez comecemos a considerar a periferia objeto de um pensamento urbano que não gentrifica.

Talvez se valendo de uma *lógica da desordem*, essa radical exigência insurrecional, que seja capaz de criar novos circuitos de comunicação, novas formas e modos de interação, novas linhas de força assimétricas e desestabilizadoras que se deixam ver num protesto (quando o limiar do tolerável reinventa a resistência), mas não apenas nele. Talvez pensando o plano urbano em estratégias que permitam construir incansavelmente as mediações, simulando coerências, jogando diversos jogos táticos, almejando compreender a multiplicidade irreduzível desses territórios por meio de seus nomes: criatividade, privação, inquietação, destruição, sujeição, arte, revolta.

Dizia-se, nos discursos da teoria urbana das últimas décadas, que a atividade política da rua estava encerrada, em decorrência da onipresença da televisão e da internet na esfera da vida doméstica, que as praças estariam para sempre esvaziadas, que o comércio de rua não teria mais sentido. Ora, inversamente, agora temos a resposta de que a potência de lutas das pessoas juntas num lugar urbano é cada vez maior. Encontramos uma outra rua, uma outra praça, agora que ambas são atravessadas por um corpo-máquina e seu trabalho vivo, “conectado em vários níveis com as redes metropolitanas e técnicas de saúde, moradia, educação, comunicação” (COCCO, 2012:11). Os pobres, o proletariado e a periferia estão incluídos em redes comunicativas, virtuais e metropolitanas de circulação produtiva que mobilizam o conhecimento (formas de vida, a experiência de cada um do mundo) para produzir conhecimento (formas de vida).

“Essa vida produz e é produzida por singularidades que cooperam entre si – dentro da proliferação livre das relações de polinização, indo de flor em flor – e fazem multidão: autovalorização na autonomia...” (COCCO, 2012: 21)

Habitantes urbanos compreendem cotidianamente compreendem a transescalaridade, em outras palavras, sabem que a micropolítica é capaz de afetar a macropolítica. O levante de rua prescindiu do comércio porque temos a perspectiva de que somos capazes de repercutir na macropolítica se aplicarmos nosso corpo. Cada um se soma ao movimento, e é o volume de pessoas num grupo que legitima o movimento, que lhe confere publicidade no sentido de instaurar uma esfera pública para o debate. Essa exterioridade implica em que a política é performance, virtuosismo – numa palavra: tomar parte. A política se torna ação, existe por que é contingente, diante do imprevisto e sobretudo é pública – não há ou não oferece um ‘produto acabado’, antes é ‘testemunho’. Não se trata de alcançar o poder, de constituir um novo estado, ou um novo monopólio da decisão política. Trata-se de defender as experiências plurais, os usos e os costumes não estatais. Qualquer plano urbano que se pretenda forjar a partir de um pensamento concreto tem na compreensão das insurreições um limite inescapável. Pensar se aproximando do mundo. Ampliar e enriquecer a capacidade perceptiva humana - o contrário da abstração que é abolir a distância – tomar o mundo nas mãos no afã de conhecer: se alguém conhece, olha de perto seu objeto de conhecimento.

Escrever sobre as lutas urbanas na Região Metropolitana de Belo Horizonte entre 1990 e 2015 é mostrar, para essa metrópole, o quanto processos recentes de produção do espaço urbano tensionam iniciativas de participação na esfera institucional, seja por meio de reivindicações, lutas insurrecionais, levantes urbanos; seja por movimentos de consolidada organização social. Emergem iniciativas de cooperação, solidariedade e mobilizações para produção de sentido de vida coletiva em diversas escalas na região metropolitana. Experimenta-se formas diversas de protestos e lutas como estratégia de reversão de processos de segregação sócio-espacial; testam-se coalizões de poder: alianças, governança urbana, gestão democrática. Parte importante de um processo de transformação das cidades e dos territórios resultantes de reivindicações e lutas coletivas e novas configurações do ativismo, são experiências e imaginários insurgentes em sua concretude sócio-espacial e correlações políticas. Um *conjunto sem união*, é fato, mas portante de imenso aprendizado sobre a necessidade de uma práxis espacial coletiva.

Referências

DARDOT, P.; LAVAL, Ch. A nova razão do mundo: ensaio sobre sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo Editorial, 2016.